

ALÉM DO EUCALIPTO: O PAPEL DO EXTREMO SUL

JOSÉ KOOPMANS *

1. A ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Ao entregar no dia 30 de junho de 1989, o licenciamento do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cepam) para o início das obras da fábrica de celulose e papel da empresa Bahia Sul Celulose (BSC), o então governador da Bahia, Nilo Coelho, considerou o lançamento do pólo de celulose da mais alta importância por gerar empregos e ser uma grande fonte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o Estado. Dirigindo-se ao presidente do grupo Suzano Papéis, Nilo Coelho destacou que entregava a licença na certeza de que vinha contribuir para o nosso desenvolvimento e progresso. Assim foi a reportagem nos jornais.

Foi uma notícia aparentemente de menor importância, sequer saindo na primeira página do jornal **A Tarde**, praticamente o único jornal estadual que circulava na época na região. Mas aquela notícia e acontecimento chamaram a atenção de pelo menos algumas pessoas do local. Já havia uma grande preocupação, por parte dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), com relação ao abandono do Estado para com o setor da agricultura, em particular com os inúmeros proprietários que viviam da produção familiar e passavam por uma crise profunda. Muito preocupados com o crescimento acelerado da marginalidade e miserabilidade regionais, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Extremo Sul da Bahia (CDDH) e o Pólo dos STRs mostraram interesse em dar maior atenção à implantação de um pólo de celulose na região.

Na medida em que a construção da fábrica avançava, aumentavam também as preocupações destes dois setores da sociedade civil, que sentiram a necessidade de buscar orientações externas. Foram criados, portanto, os primeiros contatos com os Sindicatos dos Trabalhadores do Setor da Extração de Madeira do Espírito Santo, como também com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), em Vitória (ES). Depois de várias reuniões, os representantes dessas duas regiões (Extremo Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo) acharam importante que fosse feito um estudo e uma análise profundos sobre a nossa realidade em comum, tendo em vista o entendimento do que estava acontecendo. Os contatos foram aumentando e, daí para frente, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e a Fase Nacional tiveram um papel importante na análise do modelo de desenvolvimento do qual estávamos sendo “vítimas”.

Pesquisadores destas duas Organizações Não-Governamentais (ONGs) trabalharam durante alguns anos, sempre em contato e fazendo reflexões regulares conosco, com o intuito de estudar e analisar tal processo de desenvolvimento, especificamente a indústria de celulose e papel. O Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul (Cepedes), uma ONG com sede em Eunápolis (BA), decidiu, na sua assembléia anual de 1991,

dar prioridade ao desenvolvimento regional. A partir deste momento, o Cepedes e o CDDH tornaram-se os principais articuladores, no Extremo Sul da Bahia, do acompanhamento crítico da implantação das grandes empresas da indústria de celulose e papel, como BSC, Veracruz e Aracruz.

Estudamos profundamente toda a problemática sócio-econômica, ambiental, fiscal, fundiária e industrial, aproveitando também os estudos específicos feitos por Múcio Tosta, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Belo Horizonte (MG), e os resultados dos trabalhos e análises do IBASE e da Fase, buscando, podemos dizer, no mundo inteiro, informações sobre os eventuais danos ambientais trazidos potencialmente por estas indústrias. Sempre tivemos um expressivo apoio do Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), que, com competência, dedicação e independência, não somente acompanhava o processo de licenciamento dessas empresas, como representante dos ambientalistas no Cepram, como também socializava conosco todas as informações e conhecimentos disponíveis.

Através de um grande levantamento realizado em toda a região sobre o que a sociedade em si e vários setores em particular pensavam acerca da implantação desses megaprojetos de celulose e papel na região, chegamos a ter contatos com outras entidades e organizações na região, as quais entravam, por assim dizer, no grupo da “oposição”, ou melhor, no grupo que tentava analisar criticamente o processo de desenvolvimento em vigor. O Movimento de Defesa de Porto Seguro, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Organização dos Advogados do Brasil (OAB/Secção Porto Seguro), representantes dos moradores em Trancoso, o STR de Belmonte e o Movimento de Defesa dos Pataxós, entre outros, assumiram nossa bandeira de luta. Constituímos, assim, o chamado *Grupo Crítico*.

É claro que, perante esta organização da sociedade civil, as empresas não ficaram com os braços cruzados. Muito pelo contrário, através de uma grande propaganda, muitas vezes enganadora e sem nenhuma ética, tentavam influenciar e ganhar a opinião pública. Além disso, começaram a tecer sua teia de apoio. No decorrer desse artigo veremos que essa rede de empresas era composta por membros do próprio governo ou dos órgãos governamentais, pela classe política em geral (especialmente os políticos ligados aos governos municipais da região), pelo poder judiciário e até por certos grupos ambientalistas, como Ascae (de Santa Cruz Cabrália), Gérmen (de Salvador), Grama (de Itabuna) e Papamel (de Ipiaú), que, neste caso, tomaram uma postura vergonhosa no processo de licenciamento destas empresas. Finalmente, conquistaram também pequenos setores ou segmentos da classe trabalhadora regional, de maneira a complementar a construção de sua teia. Mas não podemos deixar em branco o primeiro trabalho feito pelo Grupo Crítico, que foi o levantamento da opinião pública sobre a implantação destas grandes empresas.

2. A OPINIÃO PÚBLICA

Para executar um levantamento amplo da opinião pública, dividimos a região

em sete sub-regiões e a sociedade em nove setores (a saber, Comércio, Produtor Rural, Educação, Saúde, Político, Judiciário, Religioso, Movimentos populares e sindicais e Vários, este último abrangendo as pessoas que não se encaixavam nos demais segmentos), de forma que nenhuma categoria ficasse excluída. Representantes de todos os setores foram entrevistados nas sete sub-regiões. Constatamos que a grande maioria ignorava a implantação de um pólo de celulose e papel na região. Conheciam, sim, a existência das empresas BSC, Veracruz ou Aracruz isoladamente, mas faltava essa visão mais global e regional:

- 45% dos entrevistados declararam-se a favor da instalação de um pólo de celulose e papel, porém, um número significativo colocou condições, tais como “se não poluir”, “se não destruir o meio ambiente” etc.;
- 38% eram contra a instalação, uma vez que, conforme afirmaram, as desvantagens seriam maiores do que as vantagens;
- 17% não se declararam nem a favor nem contra, alegando vários motivos, como “preciso de mais informações”, “é uma faca de dois gumes”, “é uma questão muito complicada pois tem vantagens e desvantagens”.

Entre os declarantes a favor destacam-se os setores do Comércio e Judiciário, entre os contrários os dos Movimentos Populares e Sindicais e os Produtores Rurais. Perguntando sobre as vantagens e/ou desvantagens destes megaprojetos, ficamos admirados, uma vez que 99% dos entrevistados enumeraram diversas vantagens e desvantagens, o que significa que a sociedade tinha certo conhecimento e visão do que estava acontecendo. Esse levantamento foi realizado em 1991-1992, quer dizer, antes da implantação da Veracruz Florestal na parte Norte da região. Constatou-se uma percepção muito mais crítica na região Sul, de Teixeira de Freitas para baixo, onde a construção da primeira fábrica estava terminando, do que na parte Norte. Em geral, foram citados quarenta tipos distintos de vantagens e 71 de desvantagens. Nas vantagens mais citadas ressoava a propaganda das empresas, dentro das quais destacamos as seguintes: mais empregos, mais desenvolvimento e progresso, mais impostos e mais construções de escolas, postos de saúde, hospitais, estradas etc.

Aqui precisamos fazer uma observação: a ausência e a omissão do Estado nos setores públicos, como saúde e educação, faz com que as pessoas comecem a sentir falta dos direitos constitucionalmente garantidos e transfiram esse seu sonho justo para aquele que não somente captou este desejo do povo mas também fomenta o mesmo através de sua propaganda. A propaganda das empresas e o sonho justo de um povo esquecido e roubado dos seus direitos principais, esperançoso em ter uma vida digna, se encaixam e constituem um casamento perfeito. É muito interessante conferir algumas outras vantagens que as empresas trariam, conforme depoimento de alguns entrevistados: “Teremos mais florestas na região com mais chuvas”, “áreas que não estavam produzindo agora produzem”, “as empresas vão financiar o Parque Nacional dos Abrolhos”, “a colaboração da empresa com a Polícia Militar dá combustível e comida”, “eucalipto é uma planta bendita”, entre outras.

Contudo, como dissemos, as desvantagens ultrapassam as vantagens. Em média, cada pessoa entrevistada citou 3,64 desvantagens e apenas 2,17 vantagens. Entre as mais recorrentes, destacamos os danos ambientais, a questão agrícola-agrária e a questão urbana. Como danos concretos foram elencados a ampla poluição do ar e dos rios, o ressecamento e esgotamento do solo (tornando-o improdutivo), a agressão e destruição tanto da fauna como da flora e a monocultura de eucalipto. Não especificando, mas generalizando, a problemática negativa dos megaprojetos, os entrevistados se expressavam da seguinte maneira: *“Eucalipto é um deserto verde”, “eucalipto é um verde falso, sem vida”, “a monocultura com eucalipto é como Aids, mata toda a vida”, “tudo que está acontecendo pode levar à desertificação da região” e “o homem deve saber que a natureza é mais forte e que ela vai se vingar futuramente”*. Finalmente, vale registrar a opinião de uma pessoa, do setor Judiciário, que sentenciava: *“Acho que o reflorestamento com eucalipto é uma incógnita. Acredito na sabedoria popular sobre as críticas à cultura do eucalipto. Meus avós já tinham reservas a esta cultura”*. E questionava: *“Até que ponto a ganância pelo lucro forja a verdade científica?”*.

Pouquíssimas pessoas afirmavam que o pólo de celulose e papel não traria danos ambientais ou tinham tanta fé na tecnologia moderna que a mesma resolveria os eventuais problemas gerados. Outros argumentavam que não podemos ter fé que a tecnologia moderna e a ciência moderna vão resolver os problemas ambientais, por considerarem a própria tecnologia a fonte de todos os dramas ambientais existentes hoje. Houve um consenso muito amplo de que tal pólo iria ameaçar a sobrevivência de pequenos produtores na região, prejudicando a produção agrícola, sobretudo dos alimentos básicos. Uma outra constatação foi de que a já caótica situação social nos aglomerados urbanos se aprofundaria. Sobre esse ponto, alguém se expressou assim: *“A implantação deste pólo gera um colapso na área da educação, saúde, moradia e saneamento básico nas cidades”*. A maneira como a primeira empresa se implantou provocou sérias críticas de alguns entrevistados, a exemplo desta:

Eu, como muitos colegas, sou desconhecido em minha própria cidade devido à propaganda prepotente da empresa e à atitude arrogante de certos funcionários, pois existe preferência para eles na área de saúde, nas escolas, nas filas, nos restaurantes e até nos supermercados. A prepotência é tão grande que muitos andam de crachá da empresa o dia todo, pois pensam que dá status

Sobre o papel do governo na implantação destas empresas, havia em geral poucos conhecimentos concretos, apesar de 53% dos entrevistados acharem que o governo participa de uma ou outra maneira nesse processo, 41% declararem não saber se o governo participa ou não e apenas 6% negarem tal participação. Perguntamos também sobre eventuais alternativas ao pólo de celulose. As respostas foram interessantíssimas e endereçadas aos setores agrícola, da pecuária, pesca, turismo e outros. Vejamos o que foi dito a respeito do setor mais próximo à monocultura de eucalipto, o setor agrícola:

- Diversificação na agricultura feita de forma ordenada, com culturas que se

adaptam, tais como piaçava, cacau, banana, acerola, dendê, mamão, melancia, coco, manga, uva, cana, abóbora, pimenta do reino, cravo, abacaxi, limão, seringa, mamona, carambola, arroz, feijão, mandioca e outros produtos, sendo implantada de forma gradativa e feita a industrialização destes produtos por mini-empresas e indústrias, viabilizando a sua exportação;

- Realização de uma reforma agrária ampla e real, dando todas as condições aos produtores no sentido de fornecer sementes, crédito e assistência técnica, garantindo um preço mínimo e facilitando a comercialização dos produtos.

Os resultados da pesquisa da opinião pública sobre a implantação do pólo de celulose e papel e as alternativas apontadas foram, sem dúvida, muito interessantes e ricos. Os vários problemas (tanto sócio-econômicos quanto ambientais) levantados pelas pessoas inquiridas serão tratados mais detalhadamente nos itens seguintes.

3. O PROCESSO DE LICENCIAMENTO

Quando alguém quer implantar uma indústria de grande porte, como, em nosso caso, tratando de grandes indústrias de celulose e papel, ou de projetos com grandes áreas de monocultura, como o eucalipto, deve obter o licenciamento do Estado e cumprir as leis federais, estaduais e municipais existentes, mais ainda quando se trata de indústrias, como a de celulose e papel, com um grande risco e potência de poluição. Assim, tanto a Federação como os Estados têm órgãos específicos para licenciar e/ou vistoriar esses projetos. Os órgãos baianos são o Centro de Recursos Ambientais (CRA) e o já referido Cepam.

O CRA é um órgão cuja finalidade reside em analisar tecnicamente os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) dos grandes projetos e emitir um parecer que possibilite a decisão dos membros do Cepam sobre o licenciamento dos mesmos. Cabe também ao CRA fiscalizar se as empresas em funcionamento estão cumprindo a lei ambiental e todas as decisões do Cepam, tendo poder para aplicar multas, em caso de descumprimento. O CRA ainda determina os locais e as datas das Audiências Públicas e dirige as mesmas.

Por sua vez, o Cepam se responsabiliza pela definição da política ambiental do Estado, cabendo-lhe a decisão final sobre os pedidos de licenciamento e implantação dos projetos. Podemos dizer que é o Cepam, com o apoio técnico do CRA, que dará ou não a licença aos projetos solicitados. A Constituição do Estado determina que o Cepam deva ser formado por três grupos distintos (e de igual número), de maneira a representar o governo do Estado, os grupos ambientalistas e a sociedade civil. Com quinze membros, indicados pelas respectivas entidades e nomeados pelo governador do Estado, ele possui atualmente a seguinte composição: Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Secretário de Saúde, Secretário da Indústria, Comércio e Turismo, Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária e Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação (pelo governo do Estado); Ascae, Gambá, Gérmen, Grama e Papamel (pelos grupos ambientalistas) e Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Federação dos

Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Bahia (FTIBA), Federação da Agricultura do Estado da Bahia (FAEB), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (Fetag) e entidades de categorias profissionais com atuação na área ambiental (como a OAB), todas estas representando a sociedade civil.

Portanto, o Estado participa no processo de implantação de uma indústria de grande porte através do CRA e, no de decisão, através do Cepram, com cinco representantes. Além desses, participam, ainda, a própria empresa que pede o licenciamento, a instituição que realiza o estudo do empreendimento (a ser examinado pelo CRA) e, finalmente, a comunidade ou região onde a indústria vai ser implantada, a qual tem, durante o processo da implantação, a oportunidade de se manifestar a favor ou contra o projeto, mediante audiências públicas.

O primeiro passo é que uma determinada empresa requeira o licenciamento da implantação de seu projeto (industrial e/ou florestal) ao CRA, o qual solicita desta a realização de um EIA. Esses estudos são geralmente muito abrangentes e complexos, de acordo com as leis do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). O Estado tem também suas exigências particulares e, por isso, elabora um documento, chamado “Termo de Referência”, onde constam os pontos do projeto que devem ser estudados e analisados no EIA. Às vezes, nesse momento, o Estado, através do CRA e diante do pedido de grupos ambientais da região na qual o empreendimento pretende se implantar, cria espaço para estes contribuírem na elaboração deste Termo. Uma vez concluído, o Termo de Referência é enviado ao Cepram para aprovação. Aqui também o Ministério Público pode enviar propostas ou mesmo um Termo de Referência próprio.

Para elaborar o EIA, a empresa solicitante contrata outra instituição, que tem (ou compõe) uma equipe multidisciplinar de especialistas. Deve-se ter presente que um leigo, ao abrir um EIA – que pode chegar a duas mil páginas ou mais –, muito provavelmente não será capaz de entender seu conteúdo. Tendo em vista isso, a lei exige que seja feito a partir deste mesmo documento um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que deve refletir as conclusões do EIA e ser apresentado de forma objetiva e de fácil compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação social, de modo que se possa visualizar as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação. Após um período de pelo menos 45 dias, são marcados pelo CRA as Audiências Públicas na região onde o empreendimento vai ser implantado, em um ou mais municípios. Pessoas interessadas encontram o RIMA em determinados locais, geralmente nas prefeituras, ou podem solicitar uma cópia à própria empresa.

As Audiências Públicas são realizadas em local público, aberto a todos os interessados, de maneira a discutir o projeto com a comunidade. Elas servem também para que se possa esclarecer, debater, trocar idéias, defender os interesses do grupo a que se pertence, protestar, aplaudir ou reivindicar. É uma ótima oportunidade para a comunidade se expressar. Depois delas, não

falta mais nada para que o CRA elabore o parecer a ser enviado ao Cepram, que escolhe um de seus membros para ser o relator do processo. É chegado, enfim, o grande momento da decisão final. Numa reunião pública, os conselheiros ou membros do Cepram julgam o pedido de licença, ouvindo, inicialmente, a opinião do relator. Em seguida, os demais membros discutem tanto o parecer do relator quanto o do CRA, e a decisão é tomada pela maioria dos votos dos conselheiros. Temos, assim, uma visão geral do processo de licenciamento de empresas de grande porte. Mais adiante, constataremos, às vezes em detalhes, certos momentos isolados do processo que vimos em sua totalidade.

4. O “REFLORESTAMENTO”, UMA INVASÃO SILENCIOSA

No fim da década de 1960, o governo federal iniciou uma política de apoio e incentivo ao “reflorestamento”. Nos últimos anos desta década foram sancionadas várias leis que viabilizaram um novo código, além de inúmeras portarias do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), facilitando esse ramo da agricultura. Finalmente, “reflorestar” é uma atividade agrícola e, concretamente, em nossa região, é uma monocultura com eucalipto, que não tem nada a ver com *reflorestar*. Na mesma época havia um alarme da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) com relação à escassez de celulose no mundo, devido tanto ao crescimento populacional quanto à incapacidade da oferta de matéria prima florestal existente face a estrangulamentos naturais nos países produtores das zonas temperadas do planeta. Ou, com outras palavras, a FAO fazia um “convite e alerta” aos países com clima tropical para que ficassem atentos ao sinal verde que seria dado no tocante ao setor da matéria prima de celulose.

Perante tal situação, o governo brasileiro criou o Fundo de Investimento Setorial (Fiset-Reflorestamento). As áreas tradicionalmente ocupadas com “reflorestamento” começaram a ficar saturadas, ocasionando a elevação do preço da terra nessas regiões. Tudo isso, somado ao interesse do governo federal em programar o desenvolvimento da indústria de celulose e papel no país, fortalecido pelo Plano Nacional de Papel e Celulose aprovado em 1974, motivou grandes e pequenos empresários do setor a buscar novos espaços. A ausência de uma política agrário-agrícola estadual para o Extremo Sul baiano, a omissão do governo estadual em elaborar um projeto de desenvolvimento sustentável para nossa região e o fato de ainda existirem aqui grandes áreas de florestas e terras valorizadas fizeram com que esta se tornasse propícia para o “reflorestamento”. Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mostrava cada vez mais vontade e interesse de “ajudar”, através de financiamentos, as indústrias do setor.

No período entre 1986 e 1990, 11,2% de todos os financiamentos deste Banco foram aplicados no setor de celulose e papel. Inicialmente, inúmeras pequenas “reflorestadoras” começaram a ser implantadas. Não raro, tais empresas, aproveitando os incentivos governamentais, aplicavam-nos para outros fins. Aliás, essa atitude era quase comum na região, sobretudo entre os pecuaristas. Foi com o início das atividades da Empreendimentos Florestais S/A (Flonibra), empresa formada pela Companhia do Vale de Rio Doce (CVRD), em associação com empresas japonesas, no começo da década de

1970, que a atividade do “reflorestamento” ganhou maiores dimensões no Extremo Sul da Bahia.

Já vimos que o processo de compra de terras não foi pacífico. A Flonibra e, mais tarde, a BSC, a Aracruz e a Vera Cruz, através de seus intermediários, os chamados “corretores”, estimularam a venda das terras usando um discurso enganador frente aos pequenos proprietários – em sua grande maioria com pouca formação escolar e, por isso, facilmente influenciados –, ao idealizar a vida na cidade, garantindo que *“lá seria bem melhor, pois iriam se empregar, encontrariam assistência médica, teriam escola para os filhos”*, ou seja, que na cidade havia progresso. Além disso, depreciavam a vida no campo, dizendo que a qualidade da terra era ruim, o trabalho, pesado, que rendia pouco e não dava futuro. Assim, a chegada dessas grandes empresas e a maneira “violenta” e sem escrúpulos com que foram implantadas, foram, sem dúvida, os principais motivos da saída em grande escala de pequenos e médios produtores da área rural.

Podemos dizer que a entrada do eucalipto na região foi “silenciosa” e, inicialmente, sem destino definitivo. É bom lembrar que os incentivos e recursos para o “reflorestamento” eram liberados por hectare, ou seja, quanto mais hectares se plantava, mais dinheiro era ganho pela empresa florestal. Havia muita gente que queria aproveitar esta oportunidade. A monocultura de eucalipto cresceu rapidamente e todos se perguntavam: para que tanto eucalipto? No fundo, ninguém, nem o governo nem as reflorestadoras, sabiam ou queriam dar uma resposta clara a esta pergunta. Havia uma tremenda falta de planejamento, agravado pela ausência da discussão do aprimoramento técnico das florestas com a perspectiva de redução dos custos, maior aproveitamento do espaço e maior produtividade.

A lógica estava centrada apenas na ocupação e expansão de grandes áreas, independente de sua utilização. Essa situação caótica (grandes áreas de eucalipto plantadas com quase nenhuma tecnologia adequada e desrespeitando a ecologia) iria mudar com a definição do destino da cultura, o que ocorreu quando a Flonibra “faliu” e a CVRD, a qual era subordinada, associou-se a outras empresas, formando a Bahia Sul Celulose. Era a primeira das grandes empresas de celulose e papel que se instalava na região. Depois dela vieram a Vera Cruz (hoje Veracel) e a Aracruz, entre outras. Cabe aqui analisar e olhar mais de perto algumas conseqüências concretas da chegada destas grandes empresas, como (a) sua situação fundiária, (b) a evasão do campo e o inchamento das cidades e (c) a mão-de-obra na monocultura de eucalipto e na agropecuária.

5. A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Uma vez implantadas a BSC e Aracruz na parte Sul, e tendo a Vera Cruz obtido a licença de localização na parte Norte da região, temos melhores condições de observar e analisar o que aconteceu com a situação fundiária no Extremo Sul da Bahia. Antes de ver alguns dados concretos sobre a situação fundiária atual, é bom termos conhecimento de que a BSC pretende duplicar sua produção. A propósito, no projeto já aprovado da Vera Cruz consta

igualmente a provável duplicação desse megaprojeto. A Aracruz, por sua vez, certamente não irá diminuir suas terras.

O que é interessante ressaltar é que nos EIAs e RIMAs dos projetos destas empresas a questão fundiária está sendo apresentada de maneira equivocada, quando não enganadora. Vejamos um exemplo concreto, o caso da Vera Cruz. Ela chama a área onde vai atuar de “Área de Influência do Projeto”. Essa é a região onde o projeto será implantado e que por ele será influenciada. Já a área onde está sendo feita (e por onde se expandirá) a plantação de eucalipto e será construída a fábrica de celulose é chamada de “Área de Influência Direta”, indo de Una até Prado, num total de aproximadamente três milhões de hectares de terra.

O empreendimento florestal planejado pela Vera Cruz vai utilizar perto de 5% dessa área. Pode até ser verdade, o problema é que haverá uma concentração de plantações de eucalipto muito maior de 5% em certas regiões, como veremos. Além disso, a empresa promete não comprar propriedades menores de 100 hectares, o que nos dá a impressão de que haverá grande concentração de terras, pois, finalmente, o que 5% de uma área de quase três milhões de hectares? Ora, a impressão que as empresas procuram transmitir nos respectivos EIAs/RIMAS e nas apresentações que fazem dos seus projetos é que, não comprando a terra dos pequenos produtores, não haveria grandes mudanças na situação fundiária. Mas, na realidade, as coisas são bem diferentes. Analisemos a situação fundiária do município de Santa Cruz Cabrália. Os dados, fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de maio de 1995, época em que a Veracruz não tinha ainda a licença de localização do seu projeto, revelam que somente esta empresa já possuía 24% de todas as terras cadastradas. E, da área das propriedades de até 50 hectares, a Veracruz já era dona de 16%.

Ampliando a análise para outras duas empresas de grande porte com terras no município (a saber, a Floresta Rio Doce e a Imbaúba), verifica-se que estas três empresas possuíam em seu conjunto 42% de todas as terras então registradas. Na parte Sul da região a concentração é maior ainda. Vejamos a situação dos municípios de Caravelas, Mucuri e Nova Viçosa no *Quadro I*, a seguir:

Quadro I
Propriedade das indústrias de grande porte de celulose e papel
nos municípios de Caravelas, Mucuri e Nova Viçosa

Município	Área Total (em ha.)¹	Área da Aracruz (em ha.)²	Área da BSC (em ha.)³	Área da Aracruz + BSC (em ha.)	%
Caravelas	130.760	17.577	39.372	56.949	43

Mucuri	131.068	16.662	27.460	44.122	34
Nova Viçosa	91.952	25.046	20.072	45.118	49
Total	353.780	59.285	86.904	146.189	41

(1) Dados do INCRA; (2) Dados da Aracruz; (3) Dados da BSC.

Como existem, nestes três municípios, um total de 2.061 proprietários cadastrados no INCRA, estamos diante de uma concentração de terras inédita no mundo: 0,1% dos proprietários detêm 41% da área total. Geralmente, as empresas ou têm terras sob vários nomes ou não cadastram suas terras no INCRA, deixando-as sob a titularidade do ex-dono. Normal seria que o dono registrasse sua terra em seu nome ou numa determinada razão, mas a Aracruz, por exemplo, na Audiência Pública de março de 1996, afirmava possuir 84.156 hectares no Extremo Sul da Bahia, dos quais apenas 18.000 hectares cadastradas. Assim, fica muito difícil descobrir a quantia de terras que estas empresas realmente possuem e onde estão localizadas. É claro que isso não acontece em vão. Quando mostramos essa concentração na Audiência Pública da Aracruz, perguntamos ao prefeitos e vereadores de vários municípios presentes se era esse o “desenvolvimento” que eles queriam para seus respectivos municípios. Todos, sem exceção, fugindo da pergunta feita, aproveitaram o momento para elogiar a empresa, pois a presença dela é importante para a região.

Sem dúvida, a concentração de terras elevou-se bastante com a chegada das indústrias de celulose e papel e, ainda que elas não admitam esse fato e tentem camuflar a realidade, tem trazido graves conseqüências sociais para a região, como veremos a seguir.

6. A EVASÃO DO CAMPO E O CAOS NAS CIDADES

Não é fácil obter informações confiáveis sobre a quantidade de famílias que foram direta ou indiretamente “expulsas” do campo por causa da chegada dessas indústrias. As empresas afirmam que o número foi mínimo, os STRs falam de milhares. Quem tem razão? Uma vez que não há estatísticas sobre essa problemática e ninguém acompanhou esse processo de “expropriação”, ficará difícil responder essa pergunta. Tentamos obter mais clareza nesse assunto fazendo uma pesquisa no povoado de São José, situado entre Teixeira de Freitas e Alcobaça, e cercado por grandes áreas plantadas com eucalipto. Fizemos, em 1993, junto com a Associação de Moradores do povoado, um levantamento sócio-econômico de todas as famílias.

Das 395 famílias ali residentes em 1993, 47% eram proprietários rurais, 85% dos quais venderam suas terras, restando, portanto, 15% que ainda possuíam uma terrinha na redondeza. Dos que haviam vendido suas terras, 63% o fizeram diretamente para empresas “reflorestadoras”. O “pique” da venda aconteceu entre 1988 e 1990, época da construção da primeira fábrica de celulose e papel na região. A falta de condições de uma vida digna no campo era o motivo principal da venda. Perguntados se a vida tinha melhorado depois de ter vindo para a “rua”, 83% responderam que a vida havia piorado.

Esta pesquisa deixa bem claro que a implantação das grandes empresas de

“reflorestamento” e indústrias de celulose e papel provocou, estimulou e acelerou o despovoamento do campo e a venda de inúmeras pequenas propriedades agrícolas. O número de proprietários até 100 hectares diminuiu entre 1980 (13.018 proprietários) e 1995 (8.981), de acordo com dados do INCRA e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), numa redução acentuada de 31% de pequenos e médios proprietários na região. Mais impressionante ainda é a diminuição da área utilizada para a lavoura: os dados do **Censo Agropecuário da Bahia** e das **Informações básicas dos municípios baianos** revelam que essa área caiu de 258.075 hectares em 1985 para 116.927 hectares em 1993.

A implantação da fábrica da BSC, a primeira do setor na região, o “marketing” e a propaganda da empresa em criar muitos empregos e a maneira desorganizada e sem nenhum planejamento estratégico de “unir” os trabalhadores terminaram por atrair dezenas de milhares de trabalhadores para a região. É verdade que o número de empregos temporários criados durante a construção foi grande, mas o montante de pessoas vindas de fora procurando um emprego e que não o encontraram foi bem maior. Vejamos o que um dos responsáveis pela construção, o engenheiro Luiz Carlos, disse sobre esse assunto numa palestra proferida no Centro do Treinamento da Petrobrás, em Vitória (ES):

O efetivo de trabalhadores na implantação, no pico, era de cerca de treze mil pessoas. No canteiro da obra alojaram cerca de cinco mil, os quais, na sua maioria, mantêm as suas famílias nos seus locais de origem. Entretanto, cerca de oito mil outras pessoas fixaram residência nas cidades circunvizinhas à obra. Pode-se estimar que um número de sessenta mil pessoas “incharam” estas cidades, gerando demanda de casas para alugar, serviços telefônicos, escolas, médicos, saneamento básico e outras coisas. (...) Durante a implantação da obra, grande número de pequenos negócios, tais como pensões, hotéis, oficinas, bares, restaurantes e outros foi criado, a fim de atender à demanda crescente de bens e serviços. Muitos retardatários, se não advertidos, tendem a investir suas economias na oferta de bens e serviços, justamente na fase em que as atividades de implantação começam a declinar e as conseqüências são de prejuízos sérios. (...) Por outro lado, grande massa de trabalhadores, lançada abruptamente num mercado de trabalho recessivo, no fim da obra, irá provocar o aumento da criminalidade na região e outros malefícios. (...) A comunidade regional, atingida nas suas perspectivas de melhoria permanente das suas condições econômicas e sociais, tenderá a vir a público reclamando dos proprietários da fábrica, a frustração causada...

Cabe aqui fazer algumas observações para entendermos melhor o “caos social” que se criou. A mão-de-obra para construção pesada é, em grande parte, especializada, ao passo que a região oferecia pouca mão-de-obra qualificada. Assim, inúmeras pessoas vieram de fora para ocupar o espaço de trabalho, ficando para a população da região apenas o emprego não-especializado. Além disso, o número de pessoas de fora que não encontraram emprego é maior do que aqueles que foram empregados.

Fazendo as contas, pode-se afirmar que o índice de desemprego sofreu um acréscimo na região também durante a construção da fábrica.

Por outro lado, há que considerar que a demanda no setor de serviço (restaurantes, dormitórios e outros) permitiu o aumento do orçamento familiar das pessoas que moravam nas redondezas da construção. Surge, porém, um outro quadro nada positivo: um grande número de trabalhadores veio de fora, deixando suas famílias distantes e, não raro, começando uma nova família aqui. É sabido por todo mundo que a prostituição floriu, sobretudo pelo fato de que no canteiro de obras “moravam” milhares de trabalhadores. Para se ter uma idéia, era comum seis trabalhadores “morarem” num quarto de 4x5 metros, e a média era de um sanitário para cada trinta trabalhadores. Nos fins de semana, vários ônibus traziam as prostitutas de cidades da redondeza para atender a demanda dos trabalhadores da construção da fábrica. No “restaurante”, onde almocei várias vezes na época das paralisações dos trabalhadores, os ratos transitavam à vontade.

Essa “invasão” de um contingente significativo de trabalhadores nos povoados e cidades circunvizinhas à construção não deixou de criar grandes problemas sociais, como o aumento de favelas, a marginalidade, a violência e a prostituição. O povo, de um lado “expropriado” de suas propriedades, de outro à procura de emprego, inchou os pequenos povoados situados à beira de asfalto, além das próprias cidades da região. Mais do que aqueles, as cidades carentes de infra-estrutura, saneamento, escolas e atendimento médico adequado mostraram-se despreparadas para receber as famílias que moravam no campo e a massa que veio de fora, todos à procura de uma ocupação. O crescimento descontrolado e desordenado de Teixeira de Freitas, Posto de Mata, São José e Itabatã são exemplos típicos.

Um outro impacto foi o fim da construção da fábrica. Começou o drama de muitos trabalhadores e suas famílias, que perderam o emprego. Um dia fui ao portão da fábrica conversar com alguns trabalhadores demitidos. Eis o relato de dois deles:

*A empresa fez tudo para virmos trabalhar aqui, até pagou nossa passagem. Agora, depois de apenas oito meses, fomos despedidos. Apesar de que ganhávamos até razoavelmente bem, mas eu não tenho condições para pagar a viagem de volta para a minha esposa e os meus filhos, pois gasto tudo aqui, o custo de vida é bastante elevado”
Para onde vou agora? Para o Rio? Para São Paulo? Para Belo Horizonte? Posso até ir, mas minha esposa e os dois filhos têm que ficar aqui. Se eu encontrar trabalho, muito bem, mando dinheiro para eles; se não, Deus toma conta...*

Bem mais tarde, quando a fábrica já estava em pleno funcionamento, levantamos junto com o povo os problemas sócio-econômicos do povoado São José. Na época do levantamento havia 395 famílias e a população total do povoado era de 1.897 pessoas. Da criançada e juventude, maiores de seis anos, um total de 624 pessoas, apenas 306, estavam estudando, quase a metade. Das mães, 355 (51%) declaravam-se analfabetas, 43% falavam que

sabiam ler e escrever, mas não tinham formação escolar, 3% possuíam escola primária incompleta e 1% completa, como também 1% declarava ter o ginásio completo. Dos pais, 327 (35%) se classificaram como analfabetos, 57% alfabetizados (ainda que sem formação escolar) e 4% tinham cursado a escola primária sem completar (apenas 2% possuíam a primária completa). É possível afirmar que a grande maioria dos que se declaravam alfabetizados são, de fato, analfabetos, na medida em que, se se lhes der um texto para ler, geralmente eles não entenderão o que leram.

Assim, mais de 90% dos adultos são analfabetos. Dos pais, 75% nasceram nos municípios de Alcobaça, Caravelas ou Prado, quer dizer, são da região. Verificando a ocupação, 38% dos adultos eram trabalhadores rurais assalariados, trabalhando geralmente temporariamente nas fazendas da redondeza, 26% estavam desempregados e apenas 7% encontraram um emprego nas empresas que atuam com reflorestamento, sendo esse número menor do que os 8% de funcionários públicos. Contemplando a renda familiar, descobrimos a miséria em que uma grande parte estava vivendo: 69% declarava ganhar menos de 1 salário mínimo, 15% um salário, 9% entre um e dois, 5% entre dois e três e 2% mais de três salários mínimos.

A partir de levantamento (limitado) feito por uma Faculdade de Teixeira de Freitas em certos bairros da cidade, a situação em alguns locais não é muito diferente de São José, com índices de 18% de desempregados, 55% de pessoas maiores de 15 anos analfabetas e 50% das crianças em idade escolar (entre 7 e 14 anos) sem freqüentar a escola. O sonho que muitas pessoas tinham de sair desta miséria com a chegada das empresas reflorestadoras e da indústria de celulose e papel não se realizou. Não é demais repetir: sonho este promovido muitas vezes pela própria propaganda que tais empresas adotavam, sobretudo no início, durante a implantação de seus projetos. Lembro-me muito bem da época de instalação da BSC em Teixeira de Freitas, quando, nos bares ou na rua, se falava criticamente sobre esses megaprojetos, ou questionava publicamente se estas empresas iam realmente trazer o progresso para o povo ou para a região, quase se apanhava. Hoje em dia, contudo, a opinião pública a respeito desses projetos mudou muito.

7. AS EMPRESAS DE MONOCULTURA COM EUCALIPTO CRIARAM EMPREGOS?

Uma das bandeiras de propaganda da indústria de papel e celulose é a de que vão criar muitos empregos. Essa promessa sempre foi (e ainda é) usada para conquistar o apoio tanto da opinião pública como dos políticos e órgãos governamentais. Para nós, será sempre uma promessa enganadora. Nas Audiências Públicas tentamos mostrar que ela não deixa de ser uma grande farsa, daí porque fomos várias vezes acusados de estar contra o progresso por causa da nossa opinião. No entanto, em nenhuma dessas ocasiões o tema foi analisado satisfatoriamente. Tentaremos, por conseguinte, justificar aqui o nosso ponto de vista.

A criação dos empregos é desde o início uma questão polêmica. Nunca se fala que as empresas, antes de empregar alguém, criam inúmeros desempregos.

Historicamente, a agropecuária gerava na região em média 1 emprego fixo para cada 24,5 hectares que ocupava. Ora, as empresas em conjunto compraram pelo menos 450.000 hectares na região, o que significa que, ao comprar tanta terra, criaram nada menos que 18.367 desempregados. Começamos pelo documento de certificação do BVQI/FSC, no qual a Suzano informa empregar, para o manejo florestal, 2.670 pessoas, sendo 170 funcionários próprios e 2.500 de 24 empresas terceirizadas. Isso significa que a monocultura de eucalipto cria 1 emprego para cada 63 hectares, já que esta empresa possui 168.794 hectares em suas unidades na Bahia e no Espírito Santo.

A Veracel, por seu turno, informa no seu site que gera 2.000 empregos nos plantios. Na medida em que possui 147.000 hectares, cria 1 emprego em cada 73 hectares. No Relatório 2 do BVQI se informa que a Aracruz possui na Bahia 2.240 empregos permanentes. Como sua área é de 166.000 hectares, conclui-se que ela gera 1 emprego em cada 72 hectares. Ou seja, considerando as informações fornecidas pelas próprias empresas acerca dos empregos criados, chegamos à média de 69,3 $(63 + 73 + 72 / 3)$ empregos por hectare. Assim, a monocultura de eucalipto para a produção de celulose e papel cria em média 1 emprego a cada 70 hectares que ocupa. Como, na Bahia, tais empresas possuem em conjunto um total de 450.000 hectares, geram cerca de 6.433 empregos. No entanto, em contrapartida, ao adquirir tais terras elas provocaram 18.367 desempregos, o que resulta num saldo negativo de 11.934 $(18.367 - 6.433)$ desempregos.

Apenas como termo de comparação, tomemos o documento “Planejamento Estratégico do Arranjo Florestal do Conselho Florestal do Movimento Espírito Santo em Ação”, segundo o qual são 1.406 os empregos formais gerados por atividade produtiva na silvicultura para a fabricação de celulose e papel. Na medida em que o mesmo documento estima em 189.850 hectares a área de cultivo florestal no Espírito Santo (33.000 dos quais não estão ligados à produção de celulose), obtemos, então, um total de 156.850 hectares ocupados por eucaliptos para a produção de celulose e papel em terras capixabas. Relembrando que essa área gera 1.406 empregos, podemos concluir que a monocultura de eucalipto destinada à produção de celulose e papel cria naquele Estado 1 emprego a cada 110 hectares. Se na Bahia fosse assim, as empresas aqui instaladas teriam gerado, ao invés dos anunciados 6.433 empregos, apenas 4.010, e, conseqüentemente, o número de desempregos criados na região se elevaria para 13.358.

** José Koopmans é padre da Diocese de Teixeira de Freitas (BA), teólogo, terapeuta holístico e membro do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) de Teixeira de Freitas. [pejose@tdf.com.br]*